

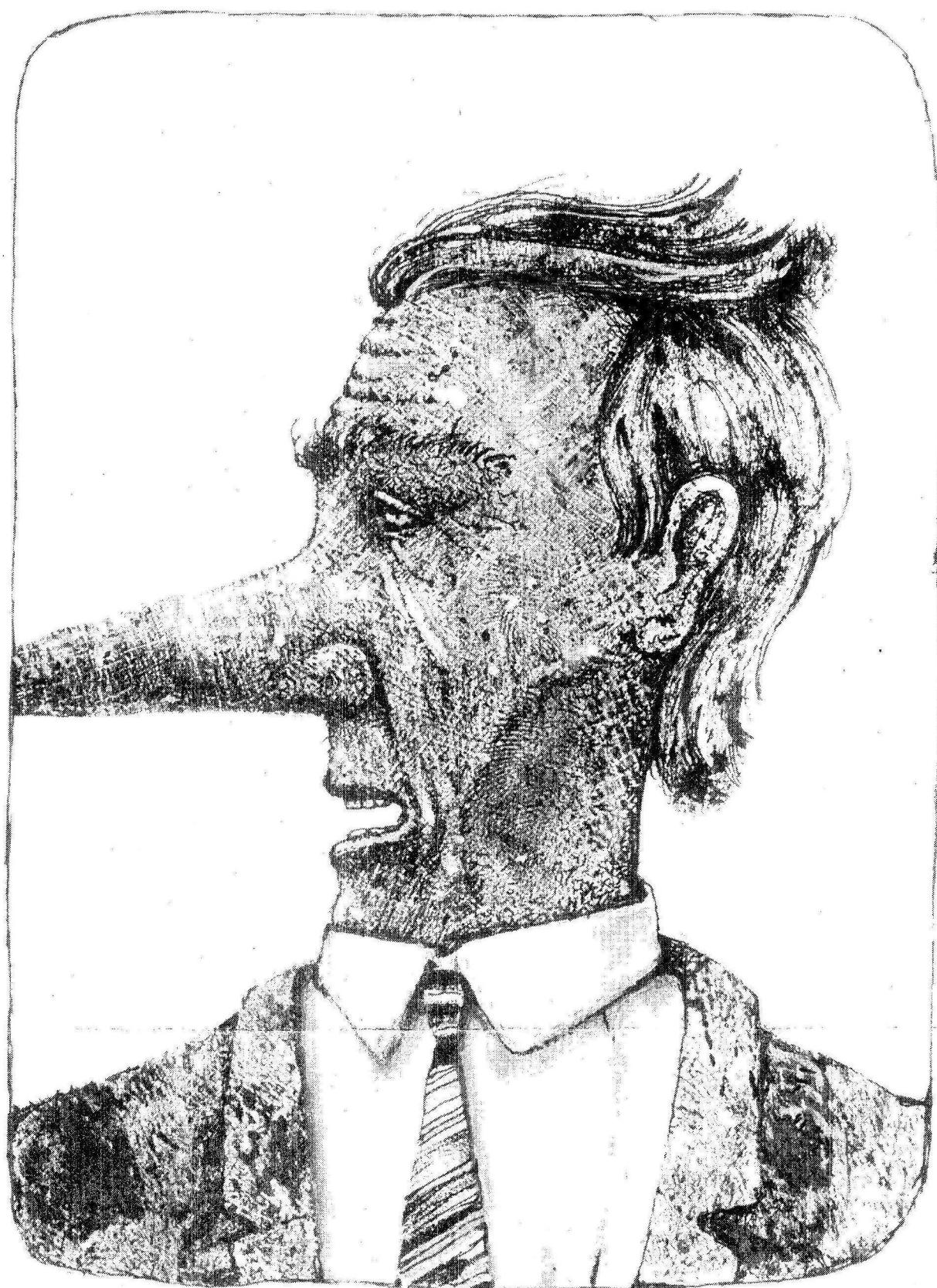
ANÚNCIO E VERDADE

Josaphat Marinho

Dois fatos recentes envolveram série advertência que o governo federal não pode ignorar. Um, as comemorações no Dia do Trabalho. O outro, a reação do povo ao leilão para venda das ações da Companhia Vale do Rio Doce. Ambos os fatos significaram grave rejeição à política econômica em vigor, na sua essência. As críticas feitas revelaram a insatisfação e a inconformidade com a orientação neoliberal seguida, que congela ou restringe salários, fortalece e privilegia o poder econômico privado e enfraquece o Estado.

Nas concentrações de trabalhadores, em todo o país, no dia 1º de maio, somente houve protestos, ausentes as autoridades. De modo geral, de repulsa à excessiva contenção dos salários. O aumento de R\$ 8,00 sobre o salário mínimo de R\$ 112,00, depois de um ano, repercutiu como desrespeito às condições de vida e às necessidades do proletariado. Admitir que R\$ 120,00 correspondam ao salário mínimo previsto na Constituição, "capaz de atender às necessidades vitais" do trabalhador e "às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social", é zombar das dificuldades alheias. Pouco importa que a inflação esteja reduzida e a moeda razoavelmente valorizada. Se essa situação é geralmente reconhecida, também notoriamente se apura que há oscilação de preços. Tanto que no ano findo a inflação atingiu cerca de 10%. E a revisão salarial nem ao menos equivaleu ao montante da inflação.

Enquanto isso, o constante esforço físico no trabalho diminui as resistências orgânicas do ser humano, e ao mesmo tempo aumentam as exigências da família com a elevação da idade de seus integrantes. Tudo isso reclama salário maior, na proporção das necessidades crescentes. Cabe ver, ainda, que com o desenvolvimento tecnológico, uma parcela saliente de assalariados precisa renovar práticas e conhecimentos, que impõem despesas extraordinárias. De todo modo, não é comprehensível que seja reclamada sempre aptidão aperfeiçoada do trabalhador e não se lhe assegurem as condições materiais devidas. Maior é a angústia do trabalhador porque foi prometida, oficialmente, "a retomada sustentada do crescimento conjugada à geração de mais empregos adequados e permanentes", ao passo que se amplia o desemprego, com a atividade econômica reprimida. E também a administração pública demite, ampliando o número dos desempregados, e não defere aumento ou reajuste aos servidores.



Em paralelo às manifestações dos trabalhadores, verificou-se a resistência de setores ponderáveis da população à venda das ações da Vale do Rio Doce. Não se trata apenas dos que protestam nas ruas, enfrentando a violência da polícia. Grandemente expressiva, também, senão sobretudo, foi a reação refletida nas pesquisas de opinião, realizadas por jornais e estações de televisão. À medida que os meios de comunicação discutiram o assunto, esclareceram o alcance do negócio e indagaram do sentimento popular, cresceu a repulsa à privatização. Distantes do tumulto, os cidadãos, refletidamente, condenaram

a operação, julgando-a prejudicial aos interesses do país. Claro que nem todos os opinantes eram contrários à privatização em geral. E a particularidade é importante porque indica que a população, bem informada, repeliu a alienação da empresa vitoriosa e lucrativa, agência eficiente do Estado e de defesa do patrimônio público.

Os dois fatos, portanto, por sua dimensão, exigem que o governo reflita. Deles emanam algumas verdades. Antes de tudo, mostram que a grande opinião, embora não se revelando sempre, está atenta aos problemas de interesse coletivo. Sem misturar-se com os movi-

mentos políticos, acompanha as decisões de governo e está apta a julgá-las. Depois, demonstram que o cidadão comum observa as diretrizes da administração e sabe distingui-las, não deixando que a propaganda oficial consagre o erro e a confusão. Por fim, os dois fatos comprovam que o povo apura e sente não ser o governo o único detentor da verdade. Para que o anúncio se converta em verdade, é indispensável a clareza do ato, projetado nos seus efeitos benéficos. Senão, não convence.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia